



Passos promete “cláusula de salvaguarda” no IRS para quem não tem filhos e não explica solução

Impostos
Pedro Crisóstomo

Fiscalistas dizem que a solução é tecnicamente possível, mas complexa. Secretário de Estado desvaloriza simulações

O primeiro-ministro anunciou ontem que será criada “uma espécie de cláusula de salvaguarda que impedirá que famílias sem filhos sejam prejudicadas” com as alterações da reforma do IRS. No entanto, as informações conhecidas até agora – divulgadas pelo executivo – permitem concluir que nem todos os contribuintes ficam a pagar menos com as mudanças no IRS. Há apenas a garantia política de que tal não vai acontecer. A solução ficou por esclarecer. Mas Passos não se coíbiu de criticar as contas feitas por “umas auditoras”. O Governo apresentou a reforma do IRS na última quinta-feira, mas ainda não revelou o diploma.

As declarações surgiram depois de o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, ter reafirmado que a reforma “não determinará, em circunstância alguma”, um agravamento do imposto para estas famílias. Numa visita a Arcos de Valdevez, Pedro Passos Coelho explicou que “ao nível da discussão na especialidade” será dada essa salvaguarda. A reforma do IRS “não quer prejudicar os que têm menos filhos”, mas sim “dar um incentivo aos que têm mais filhos”, afirmou o primeiro-ministro.

No Parlamento, Paulo Núncio contrariou as simulações publicadas em vários jornais (incluindo no PÚBLI-

CO), feitas com base nas informações conhecidas até ao momento.

O secretário de Estado afirmou que as simulações podem estar baseadas em pressupostos errados e recomendou que se espere até que seja conhecida a reforma do IRS para então se iniciar uma “discussão séria” sobre o tema. No entanto, o próprio Ministério das Finanças distribuiu simulações aos jornalistas no momento exacto em que o governante apresentava a reforma, na quinta-feira. Nenhum dos cenários apontava para um agravamento do imposto.

Porém, segundo simulações da consultora PwC, se há casos em que contribuintes solteiros sem filhos beneficiam de uma descida do IRS, há situações em que o imposto a pagar pode aumentar. Tudo depende de variáveis como o nível de rendimento e as despesas.

O PÚBLICO questionou ontem o Ministério das Finanças se da proposta de lei constará já a “cláusula de salvaguarda” que Passos quer ver discutida na especialidade, mas não obteve resposta. Na versão do diploma a que o PÚBLICO teve acesso (discutida no Conselho de Ministros onde a reforma viria a ser aprovada) não há essa “medida-travão”.

Para António Carlos dos Santos, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, definir uma cláusula de salvaguarda “é a prova de que não era inteiramente exacto que não havia pessoas prejudicadas, nomeadamente as famílias monoparentais”.

Samuel Fernandes de Almeida, da Miranda Correia Amendoeira & Associados, diz que as soluções para este efeito são várias, “embora de difícil configuração”. “Desconheço como se garante a inexistência de aumento da carga fiscal para todos os sujeitos passivos, a não ser que se opte por uma verdadeira cláusula de salvaguarda para 2015 – uma norma transitória – nos termos da qual se preveja que da introdução das novas regras não possa resultar um aumento da colecta para a generalidade dos sujeitos passivos”, vinca.

Miguel C. Reis, advogado da PMLJ na área do direito fiscal, diz que “a solução é tecnicamente construível. Impossível não é, mas é bastante difícil de concretizar”. Fernandes de Almeida vinca que a complexidade técnica da solução “é tanto maior face à mudança de paradigma nas deduções e à introdução da tributação separada, o que origina uma miríade de hipóteses em função da situação concreta de cada contribuinte”. **com**

Raquel Martins



Passos critica as contas feitas por “umas auditoras”



Governo promete cláusula no IRS para quem não tem filhos

Passos anuncia cláusula de salvaguarda para impedir que famílias sem filhos saiam prejudicados com a reforma do IRS. Mas não explica qual é a solução, que fiscalistas consideram ser complexa **p17**